

#### **4- MARCO CONCEITUAL E LEGAL**

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo contemplará no Projeto Político Pedagógico as Diretrizes Nacionais para formação de docentes, as recomendações do PROCAMPO e do PRONERA, o Projeto Institucional da UNIPAMPA, além de outros ordenamentos institucionais.

A Constituição Federativa do Brasil, de 1988, ao discutir atributos do Estado, destaca a educação como um de seus deveres, incorporando princípios antes não mencionados. Isso pode ser considerado um avanço em relação aos textos constitucionais anteriores, destacando-se aspectos como: igualdade de condições e de permanência na escola; pluralismo de ideias e de concepções; valorização do profissional do ensino; gestão democrática do ensino público (BRASIL, 1988). Porém, é somente a partir da década de 1990 que se evidencia uma significativa presença de movimentos sociais a nível internacional que questionam a barbárie do capitalismo neoliberal e o processo de globalização em curso. Esses movimentos, segundo Batista (2005), protestavam contra um modelo que conseguia fazer com que os avanços e as conquistas sociais dos séculos XIX e XX retrocedessem. Em outros termos, é a partir dessa época que tais questões parecem ganhar mais espaço nas discussões acerca de uma educação voltada à população rural brasileira.

No contexto histórico a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n.9394/96) tem sido considerada o primeiro documento a expressar pela primeira vez o reconhecimento da necessidade de formulação de medidas de adequação da escola do campo. Dentre aspectos significativos destacados neste documento encontram-se no Art. 28 as seguintes considerações:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho rural.

Mais recentemente tem se investido na explicitação dessa particularidade que historicamente foi negligenciada. Tanto que a Câmara de Educação Básica vinculada ao Conselho Nacional de Educação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB n.1, de 03 de abril de 2002) reforça a necessidade da apresentação de uma proposta que busque somar esforços no atendimento de demandas históricas, até então desconsideradas como prioridades em Governos anteriores.

Nesse fervor de debates, o movimento de Educação do Campo conquista, no âmbito das políticas públicas, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo, constantes no Parecer 36/2001, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica da Resolução CNE/CEB 1, em 3 de Abril de 2002 (BRASIL, 2003). Tal Resolução define que é uma responsabilidade do estado a garantia de atendimento a populações "socialmente desiguais e culturalmente diversas".

Em 2003, o Governo, com o intuito de revalorização do campo e como forma de buscar corrigir aspectos historicamente silenciados passa a entender a educação, como uma ação estratégica para a emancipação e cidadania de todos os sujeitos que vivem ou trabalham na zona rural brasileira. Nessa perspectiva, o Ministério da Educação institui, pela Portaria n.1374 de 3 de junho de 2003, um Grupo Permanente de Trabalho, com a atribuição de articular as ações do Ministério pertinentes à Educação do Campo.

Nesta época são fomentadas pesquisas caracterizando a situação das escolas da zona rural bem como o perfil dos profissionais da educação que atuam nestas escolas. Percebeu-se através do Censo Escolar de 2002 que 50% dos estabelecimentos de ensino eram de zona rural, sendo que apenas a metade possui uma sala de aula e oferecem apenas o ensino fundamental de 1ª a 4ª ano e são formadas, exclusivamente, por turmas multiseriadas ou unidocentes. O censo possibilita reconhecer as dificuldades vivenciadas por escolas com turmas multiseriadas que possuem uma estrutura física precária bem como a sobrecarga de trabalho dos docentes o que por sua vez tem sido considerada a causa da grande rotatividade de professores.

Como parte desse processo de discussões e elaboração de política pública própria para a população do campo foi elaborado o Caderno de Subsídios (BRASIL, 2004), o qual se configura como um material de trabalho para os educadores, gestores públicos, militantes sociais, entre outros. Nele é apresentado um diagnóstico referente à escolarização no meio rural brasileiro e, além disso, são discutidos três pressupostos para uma política de Educação do Campo. Dentre eles, destaca-se o reconhecimento da educação como um direito dos povos camponeses, enfatizando que a elaboração de uma política de educação do campo necessita desmistificar o ideário dominante de que o campo é um local de atraso.

Outra conquista foi a inserção das questões da Educação do Campo na agenda de ações e trabalho de um número cada vez maior de movimentos sociais, sindicais e de diferentes entidades e órgãos públicos. Crescimento que pode ser observado na II Conferência Nacional por uma Educação do Campo (II CNEC) (II CNEC, 2004), em que o número de entidades signatárias da Declaração Final passou de cinco para mais de 40.

Já com relação à especificidade da Educação do Campo, a Declaração Final dessa Conferência (II CNEC, 2004) destaca dois argumentos básicos para sua concretização:

[...] a importância da inclusão da população do campo na política educacional brasileira, como condição de construção de um projeto de educação vinculado a um projeto de desenvolvimento nacional, soberano e justo; na situação atual esta inclusão somente poderá ser garantida através de uma política pública específica [...]; - a diversidade dos processos produtivos e culturais, que são formadores dos sujeitos humanos e sociais do campo e que precisam ser compreendidos e considerados na construção do projeto de Educação do Campo (p.3).

Esses argumentos permearam, de alguma forma, as pesquisas e discussões enfatizadas anteriormente, porém num momento em que a Educação do Campo, enquanto política pública, ainda não era uma realidade. É importante destacar aqui o reconhecimento e o destaque dado à questão da necessidade de inclusão da população

do campo na política educacional, uma vez que, por muito tempo, a educação voltada para essa população configurou-se como um apêndice da educação urbana. É também relevante reconhecer as diferenças culturais e produtivas desse território. Em outros termos, é necessário considerar a identidade da população rural, pois se relaciona ao cultivo da terra, à produção de alimentos e bens de consumo, assim como sua forma de viver que se diferencia da urbana.

Portanto, a educação para o contexto do campo precisa estar “vinculada a uma cultura que se produz por meio das relações mediadas pelo trabalho, entendendo trabalho como produção material e cultura de existência humana” (BRASIL, 2004, p.35). A esse respeito, destaca-se a necessidade de produção e

[...] construção de conhecimentos potencializadores, de modelos de agricultura, de novas matrizes tecnológicas, da produção econômica e de relações de trabalho e da vida a partir de estratégias solidárias, que garantam a melhoria da qualidade de vida dos que vivem e sobrevivem no e do campo (Idem, p.35).

As preocupações iniciais dessa mobilização por uma Educação do Campo versavam no mapeamento das situações do analfabetismo e escolaridade da população do campo brasileiro. Embora as discussões atuais não deixam de ressaltar a melhoria desses índices, surgiram algumas reflexões acerca de como garantir condições para uma mudança desse perfil educacional da população. E tais aspectos passam a ganhar força como um dos focos principais dos eventos e discussões mais recentes da área.

A especificidade desse contexto e de seus sujeitos são aspectos que precisam ser levados em consideração nas propostas educacionais e principalmente nos currículos que pretendem implantar cursos de formação de professores, pois os tempos e espaços são distintos, precisam ser considerados e respeitados. Neste sentido, os movimentos sociais do campo têm algumas experiências diferenciadas que levam em consideração o calendário das safras e tal organização é conhecida como regime de alternância, na qual os tempos são divididos em Tempo-Escola (TE) e o Tempo-Comunidade (TC). Essa divisão reforça uma intencionalidade da Educação do Campo que é a valorização dos distintos saberes enquanto cultura, os valores que acontecem também fora da escola (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004). É preciso reconhecer que a escola do campo está intimamente relacionada com o mundo produtivo, mas, sobretudo, com os processos culturais inerentes aos processos produtivos e sociais.

A Organização curricular em regime de alternância, com base no Parecer CNE/CEB n. 1/2006 – prevê dias letivos organizados em tempo escola e tempo comunidade, com etapas presenciais (equivalentes a semestres de cursos regulares) e etapas vivenciadas no próprio ambiente social e cultural dos estudantes. Sendo assim, neste projeto o TE, desenvolvido nos meses de fevereiro e julho, será realizado presencialmente na universidade, configura-se como um momento no qual os educandos possuem aulas teóricas e práticas com o grupo de docentes efetivos do curso e colaboradores, participam também de atividades culturais, e exercitam a capacidade de auto-organização: momentos de organização do ambiente, trabalho em grupo, resolução de exercícios, leituras, ou seja, cada acadêmico, de acordo com as suas necessidades

organiza o seu tempo individual de acordo com a avaliação das suas prioridades e de acordo com o seu planejamento individual e coletivo.

No TC os educandos realizam atividades em suas comunidades de origem, sejam elas escolas, acampamentos, assentamentos de reforma agrária, propriedades rurais. Entre algumas das atividades previstas para o TC estão: pesquisa sobre a realidade, registro destas experiências, implementação de ações pedagógicas, vivências que possibilitem a partilha de conhecimentos, desenvolvimento de projetos de aprendizagem. Todas as atividades são orientadas no TE, e acompanhadas pelos professores mediadores nos meses de julho a dezembro e nos meses de março a junho.

A organização do calendário escolar de forma a respeitar a cultura local é respaldada por diversas leis. O Plano Nacional de Educação (Lei 10.172, de 2001), prevê: “[...] formas mais flexíveis de organização escolar para a zona rural, bem como a adequada formação profissional dos professores, considerando a especificidade dos alunos e as exigências do meio”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) no seu artigo 28 também destaca a importância dos sistemas de ensino promoverem as adaptações necessárias as peculiaridades da vida rural e em especial da vida rural de cada região. Também no sentido de adequar os tempos escolares a realidade de cada região (seja na Educação Básica ou na formação de professores), a Resolução CEB/CNE Nº 1, de 03 de Abril de 2002 defende que a identidade da educação do campo deve ser

definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2003).

É importante acrescentar que logo após a realização da II CNEC, em 2004, foi constituída no âmbito do Ministério da Educação, a Coordenação Geral da Educação do Campo (CGEC) (MOLINA, 2006), vinculada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). No ano seguinte, a CGEC e o PRONERA realizaram o I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, que teve como principal objetivo organizar a produção de conhecimento com vistas a estabelecer uma agenda comum de pesquisa na área da educação. Nesse evento foi criado o Fórum Virtual de Pesquisa em Educação do Campo.

Como parte do esforço para a consolidação dessa área, foi criado em 2007 o Observatório de Educação do Campo, que tem por propósito pesquisar os programas e as políticas públicas desenvolvidas pelas universidades públicas e direcionadas aos grupos sociais rurais. O objetivo é consolidar a pesquisa em Educação do Campo a partir dos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e dos programas de pós-graduação proponentes, e assim contribuir para a formulação de políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo.

Outros eventos como o II Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo concomitante ao II Seminário sobre Educação Superior e as Políticas para o Desenvolvimento do Campo Brasileiro em Brasília, sinalizam que as discussões acerca da Educação do Campo se encontram em um momento promissor, distinto do panorama apresentado por Damasceno e Beserra (2004), que expunham evidências da falta de interesse tanto acadêmico quanto de políticas públicas acerca da educação no meio rural brasileiro.

Diante das discussões apresentadas é preciso ressaltar que no Rio Grande do Sul a preocupação com a formação de professores para atuar em escolas do campo tem sido desenvolvida por duas universidades, a Universidade Federal de Pelotas – UFPel que oferta o curso na modalidade educação a distância e a Universidade Federal Da Fronteira Sul – UFFS. No caso de Dom Pedrito que fica na região da Campanha, busca-se especialmente atender uma demanda reprimida de formação de professores ainda mais quando se pensa na especificidade do campo e na formação para atuar no Ensino de Ciências anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. O curso nesta localidade será uma oportunidade não só para os professores desse município mas também uma oportunidade de envolver interessados das dez cidades/campus que constituem a UNIPAMPA, bem como demais municípios vizinhos brasileiros e uruguaios, caracterizando-se como um curso pioneiro nesta modalidade na região da campanha gaúcha.